

**00813-2002-017-03-00-5 RO – 1DJMG 20.08.2004**

**Data de Publicação:** 20-08-2004  
**Órgão Julgador:** Primeira Turma

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EFEITOS DA COISA JULGADA - REVOGAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 7.347/95 - INADEQUAÇÃO SISTEMÁTICA E INCOMPATIBILIDADE DOGMÁTICA** - A decisão proferida em **Ação Civil Pública** faz coisa julgada erga omnes e ultra partes, limitadamente ao grupo, categoria ou classe atingida, independentemente de se localizarem fora da competência territorial do órgão prolator, nos termos do parágrafo único do artigo 2o. da Lei 7.347/95, que revogou, por incompatibilidade, o artigo 16 do mesmo estatuto legal - inteligência do par. 1o. do art. 2o. da Lei de Introdução do Código Civil. A alteração legislativa do artigo 16 da Lei de **Ação Civil Pública**, levada a efeito pela Lei 9.494/97, é absolutamente assistemática, e até incompatível com o complexo normativo de defesa dos direitos transindividuais, cuja tutela desafia, ao revés, abordagem holística e isonômica. Fragmentar a tutela coletiva significa retroceder todo o sistema, e inculir no seio da ação coletiva os ranços individualistas, que, com muito custo, a ciência contemporânea do processo procura transcender. O mencionado artigo 16 se revela incompatível inclusive com a própria dogmática interna da Lei 7.347/85, mormente após a alteração legislativa posterior à da Lei 9.494/97, qual seja, a da Medida Provisória 2.180-35/2001, cujo escopo se justifica à vista da própria pragmática da ação coletiva, já que se em sede individual mero timor ne varie dicetur não impõe a formação nem mesmo de listisconsórcio, sendo, dessa forma, admissível, em tese, o conflito lógico entre decisões, no plano coletivo, ao contrário, o caráter erga omnes do julgado impõe maiores cuidado, preocupação e cautela com a isonomia de tratamento entre os beneficiados pela tutela judicial.

**0141300-56.2008.5.03.0067 RO**

**Data de** 19-01-2011  
**Publicação:**  
**Órgão**  
**Julgador:** Segunda Turma

**Relator:** Orlando Tadeu de Alcantara  
**Revisor:** Luiz Ronan Neves Koury

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDUTA ANTISSINDICAL** - Demonstrada a interferência da empresa no exercício da atividade do sindicato da categoria profissional, com a finalidade de obstar a sua liberdade de atuação, caracteriza-se **ofensa ao princípio da liberdade sindical** insculpido no art. 8º da Lei Magna e na Convenção n. 98 da Organização Internacional do Trabalho [OIT], ratificada pelo Brasil. **O desrespeito ao processo democrático das eleições do sindicato e ao direito de greve dos trabalhadores justifica as condenações da empregadora a se abster das referidas práticas, sob pena de multas.**

[00007-2005-152-03-00-5 RO](#)

Data de Publicação: 05-09-2011  
Órgão Julgador: Sexta Turma  
Tema: CONDUTA ANTISSINDICAL - CARACTERIZAÇÃO  
Relator: Jorge Berg de Mendonça  
Des. Rogério Valle Ferreira  
Revisor:

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITO À LIBERDADE SINDICAL - ABSTENÇÃO DE PRÁTICA DE ATOS QUE CONFIGUREM COAÇÃO OU CERCEIO À LIBERDADE SINDICAL** - Demonstrado, nos autos, que a reclamada praticou atos de perseguição a dirigentes sindicais, dispensando injustamente empregados com garantia de emprego, além de ter exigido de seus trabalhadores a assinatura de carta de desistência de ação coletiva proposta pelo Sindicato obreiro e não ter repassado ao órgão as respectivas contribuições sindicais, resta configurada conduta patronal anti-sindical passível de respaldar a condenação imposta em primeira instância, no sentido de que a ré se abstenha da prática desses atos, sob pena de pagamento de multa por descumprimento de determinação judicial.